



ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016
p. 132-153.

Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo

Amana Rocha Mattos¹

Maria Luiza Rovaris Cidade²

RESUMO: Este artigo discute, numa perspectiva crítica, a reiteração da cisheteronormatividade em teorias e práticas da psicologia, problematizando sua função como matriz normativa e ideal regulador nesse campo de saber. Partindo de nossas pesquisas, práticas profissionais e ativismos, propomos diálogos com autoras e ativistas transfeministas que oferecem caminhos para produções críticas em psicologia ao apresentarem o conceito de cisgeneridade. Nesse sentido, analisamos excertos presentes em manuais de psicologia que, em consonância com as teorias desenvolvimentistas, colocam em segundo plano as discussões relacionadas a gênero e sexualidade, a partir de perspectivas deterministas e dicotômicas. Assim, neste artigo, problematizamos a psicologia científica a partir de duas de suas perspectivas fundamentais: o conceito de socialização de gênero, que preconiza a dicotomia natureza x cultura e a aprendizagem de papéis sexuais; e a consequente criminalização das experiências de pessoas trans por parte de discursos e práticas psicológicas. Propomos que as perspectivas transfeministas, como literatura de fronteira, permitem-nos refazer nossas referências, matrizes epistêmicas e práticas profissionais, não somente relacionadas à afirmação da autoatribuição das identidades de gênero, como também às dimensões analíticas das múltiplas categorias interseccionais.

PALAVRAS-CHAVES: Psicologia; Psicologia do Desenvolvimento; Estudos de gênero; Cisgeneridade; Transfeminismo.

Abstract: This paper discusses, in a critical perspective, the reiteration of cis-heteronormativity in psychological theories and practices, discussing also its function as a normative matrix and regulatory ideal in this field of knowledge. Based on our researches, professional experience and activism, we dialogue with authors and transfeminist activists who offer directions for reaching critical productions in Psychology once they introduce the concept of cisgenerity. Considering this, we discuss handbooks of Psychology excerpts that, following developmental theories, put in the background issues related to gender and sexuality, affirming determinist and dichotomic perspectives. In this paper, we raise questions for scientific Psychology considering two of its fundamental perspectives: the concept of gender socialization, which implies nature x culture dichotomy and the learning of sexual roles; and the criminalization of trans people experiences due to some psychological theories and practices. We suggest that transfeminist perspectives, as a border literature, allow us to reconfigure our references, epistemological matrix, and professional practices, not only related to the right of self-determination of gender identities, but also to the multiple analytical dimensions of intersectional categories.

Keywords: Psychology; Developmental Psychology; Gender Studies, Cisgenerity; Transfeminism.

Resumén: Este artículo analiza, desde una perspectiva crítica, la reiteración de la cisheteronormatividad en las teorías y prácticas de psicología, cuestionando su papel como matriz normativo e ideal regulatorio en

¹ Psicóloga, mestra e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ. Coordenadora do DEGENERA – Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros. E-mail: amanamattos@gmail.com

² Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: malurcidade@gmail.com

Recebido em 15/03/16
Aceito em 20/05/16

este campo del conocimiento. A partir de nuestras investigaciones, prácticas profesionales y activismos, proponemos el diálogo con las autoras y activistas transfeministas que ofrecen caminos para producciones críticas en la psicología mediante la introducción del concepto de "cisgeneridad". En este sentido, se analizan fragmentos presentes en los manuales de psicología en línea con las teorías del desarrollo humano que disminuyen la importancia de las discusiones relacionadas con el género y la sexualidad desde perspectivas deterministas y dicotómicas. Así que en este artículo se analiza la psicología científica desde dos de sus perspectivas fundamentales: la noción hegemónica de la socialización de género que nos lleva a la dicotomía naturaleza x cultura y el aprendizaje del comportamiento de los papeles sexuales; y la consecuente criminalización de la experiencia de las personas trans por discursos y prácticas psicológicas. Proponemos que las perspectivas transfeministas, como literatura fronteriza, nos permiten cambiar nuestras referencias, matrices epistémicas y prácticas profesionales acerca de la afirmación de la asignación de sus propias identidades de género y de las dimensiones de análisis de múltiples categorías interseccionales.

Palabras clave: Psicología; Psicología del desarrollo humano; Estudios de género; Cisgeneridad; Transfeminismo.

1. Notas introdutórias

A socialização não é o destino.

(Hailey Kaas)

Este artigo surge de inquietações que vêm atravessando nossas pesquisas, práticas profissionais e activismos. Nesses diferentes âmbitos que, a nosso ver, estão conectados e se interseccionam, a naturalização de perspectivas mais conservadoras e dicotômicas no conhecimento produzido e difundido nos campos diversos da psicologia tem como um de seus efeitos apagar reiteradamente a produção da noção e da menção da cisgeneridade como lugar da norma e do universal no que diz respeito às experiências de identidades de gênero.

Como discutiremos, o termo cisgeneridade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero. Nesse sentido, nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico). Com a afirmação desse conceito de cisgeneridade, afirma-se também um nome do suposto lugar de “identidade de gênero normal”, a partir do qual a transexualidade foi construída como desvio e patologia³.

³ A estratégia de nomear e, com isso, apontar a produção sócio histórica do lugar de “normalidade” não é nova nos movimentos sociais. Ao longo do século XX, as feministas explicitaram a masculinidade presumida na noção de sujeito da filosofia e da ciência; o movimento negro pautou a necessidade de se evidenciar a branquitude dos sujeitos da ciência e da política; e o movimento LGBT reivindicou a importância da categoria “heterossexual” para nomear a orientação sexual de pessoas ditas ‘normais’ até então, no campo da sexualidade. Em todos esses casos, as



Ativistas e pesquisadoras transfeministas têm apontado esse ponto cego na produção do conhecimento das ciências humanas e de saúde. Também têm denunciado seus efeitos nocivos para a vida das pessoas que não se adequam às normas e ideais regulatórios da cisgeneridade. Pensar, como propõem as transfeministas, a cisgeneridade como ideal regulatório das normas sociais mostra-nos as diferentes formas com que lidamos e produzimos discursos sobre os marcadores de sexo-gênero-desejo na sociedade e, conseqüentemente, como operam os processos de criminalização e patologização de experiências divergentes de tais normativas.

Historicamente, a atenção dada pela psicologia às temáticas de gênero e sexualidade nos estudos dos indivíduos e de seus processos é atravessada por uma perspectiva cisheteronormativa, ou seja, uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. Essa perspectiva cisheteronormativa da psicologia produz descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma.

Neste trabalho, portanto, inspiradas pelas discussões, intervenções estéticas e enfrentamentos políticos colocados pelo transfeminismo no Brasil nos últimos anos, discutimos, num primeiro momento, a reiteração da cisheteronormatividade nas teorias psicológicas, pensando em especial o campo da psicologia do desenvolvimento. Para tanto, trazemos exemplos provenientes de manuais de psicologia, analisando como esses discursos contribuem para a legitimação da norma como cisgênera e heterossexual, numa lógica cissexista. Como aponta viviane v. (2013, p. 2), a criação do termo cis+sexismo por parte do movimento trans traduz a “tentativa de caracterizar a complexa interseção entre a normatividade sexista de gênero (produtora cultural das diferenças homem-mulher) e a normatividade cissexista de gênero (produtora cultural das diferenças cis-trans)”. A escolha por trabalhar com excertos de manuais se deu pelo poder difusor de teorias e abordagens que esse tipo de publicação tem, validando o que seriam as teorias psicológicas reconhecidas cientificamente, sendo largamente utilizados em cursos de formação de psicólogos no Brasil.

Em seguida, dialogamos com textos e ativistas transfeministas, principalmente

pautas dos movimentos sociais tiveram importantes efeitos no tensionamento dos discursos científicos.



Periódicus, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades
Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA
ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

brasileiras, que articulam ativismo, circulação de saberes subalternos e saber acadêmico em suas discussões. Suas críticas à objetificação e fetichização de pessoas trans e suas experiências no discurso e nas práticas de produção de conhecimento científico são fundamentais para a contestação da cisheteronormatividade na psicologia. Além da perspectiva objetificante, as críticas à patologização produzida e afirmada por saberes especialistas, como a psiquiatria e a psicologia, em corpos, experiências e trajetórias de pessoas trans também nos ajudam a pensar a necessidade de realizarmos inflexões políticas na maneira como a psicologia vem, tradicionalmente, abordando as temáticas de gênero e sexualidade, que naturaliza tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade como modelos hegemônicos, normativas sociais e ideais de regulação de produção de subjetividades e sujeitos.

2. “Isso é inevitável”: A reiteração da cisheteronormatividade na psicologia científica

A psicologia vem se consolidando, desde o século XX, como área de formação de especialistas para explicarem, diagnosticarem e cuidarem de sujeitos entendidos como ‘desviantes’ na sociedade moderna. No que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, consagrou-se como um campo especialmente prolífico na produção de conceitos, categorias e teorias que promoveram uma naturalização do elo entre determinado genital, sexo, gênero e orientação sexual. Tal naturalização, fundada sobre preceitos evolucionistas (que ressaltam os fins reprodutivos da dimensão sexual humana), foi nomeada por autoras transfeministas como cisheteronormatividade, identificável em diferentes campos do conhecimento. Convocada para analisar, classificar e falar sobre corpos, experiências e relações de sexo/gênero, a psicologia responde frequentemente, enquanto ciência e prática profissional, de maneira a contribuir para as políticas de Estado que fazem a gestão dos corpos e a manutenção de normas estáveis e ideais regulatórios de sexo/gênero⁴.

Fundada numa ideia de ciência racionalista, a psicologia nasce de uma bifurcação (FOUCAULT, 1994): tendo como base pressupostos filosóficos contrapostos a pressupostos naturalistas, a psicologia tem, nas multiplicidades de perspectivas, de interseções teórico-metodológicas e de relações de poder, suas características fundamentais. Nos procedimentos de

⁴ Podemos citar os processos de retificação do registro civil de pessoas trans como exemplo de ação de Estado em que a psicologia, como ciência e prática profissional, é constantemente convocada a responder sobre essas questões. Atuando em conjunto com outras especialidades, como a psiquiatria, a clínica geral e o serviço social, para analisar, verificar e atestar a experiência da transexualidade, a partir das referências psicopatológicas do Conselho Federal de Medicina no Brasil, práticas psicológicas têm reiterado, a partir da solicitação de provas as mais variadas e da realização de intervenções direcionadas, a afirmação da cisheteronormatividade como matriz normativa e ideal regulatórios em laudos, pareceres e estudos psicológicos solicitados pelo Poder Judiciário. (CIDADE, 2016).



análise e mensuração das subjetividades, uma certa noção de psicologia passa a ser delineada, numa perspectiva hegemônica e ocidental de ciência aliada a ideais de neutralidade e imparcialidade oriundos do positivismo científico (BURMAN, 2008a). O processo de naturalização desse conhecimento produz o que podemos chamar de encobrimento ideológico (BAGLAGI, 2014d), a partir do qual certas normativas sociais se impõem enquanto condição espontânea de constituição de saberes e práticas psicológicas, sem serem devidamente problematizadas ou questionadas.

A verdade do conhecimento que a psicologia afirma é a da existência de uma subjetividade objetivável, baseada em uma concepção naturalista de sujeito, dividido a priori entre mente e corpo. Assim, pressupõe a existência de subjetividades possíveis de serem mensuradas e analisadas em teorias que expliquem os fenômenos psicológicos de forma universal, verificável e neutra. Nesse processo de produção de conhecimento, são as experiências dissidentes que primeiramente são nomeadas como um outro “anormal” e que, imediatamente, tornam-se objeto de saberes e poderes científicos visando sua suposta ‘readequação’ à norma.

A ativista Hailey Kaas (2011), em texto inaugural do blog brasileiro *Transfeminismo*, afirma, sobre o conceito de cisgeneridade, que a utilização da palavra visa o processo de desnaturalização da condição cisgênera. Com isso, pretende explicitar que a nomeação da pessoa transexual como um outro não possui contraponto. Segundo a autora, quando pessoas trans solicitam alterar seus registros civis, seja o prenome, seja a declaração de sexo/gênero ou ambos na certidão de nascimento, elas afirmam uma outra experiência que não a da cisgeneridade.

Uma pergunta que nós, pesquisadoras-ativistas que nos situamos no campo da psicologia, temos feito a partir dessa constatação é: de que maneira a psicologia vem reiterando a cisheteronormatividade em suas teorias e práticas, colaborando para a produção outros abjetos e processos de exclusão? Há muitos caminhos que poderíamos trilhar para tentar responder a essa indagação. Neste artigo, percorremos alguns conceitos do campo da psicologia do desenvolvimento, com destaque para a teoria da socialização de gênero, identificando tal reiteração.

O interesse por investigar esse campo da psicologia se justifica na medida em que uma noção específica de desenvolvimento humano se consolida na modernidade, abrangendo perspectivas como a de indivíduo/organismo que se desenvolve, a de meio ambiente em que se dá o desenvolvimento e a de evolução enquanto sentido do processo. Nesse campo, os estudos da psicologia do desenvolvimento surgem, na virada do século XIX para o XX, como área de pesquisa e intervenção no estudo da infância, ocupando-se de descrever, prever e controlar as etapas de surgimento do



‘adulto normal’. A temporalidade pressuposta nesse processo é linear e cumulativa, com etapas cuja sucessão é naturalizada, inspiradas pelas ideias evolucionistas em voga à época.

As fases pelas quais ‘a criança’ e ‘o adolescente’ passam até se tornarem um ‘adulto’ são descritas de forma a apagar singularidades, condensando-as em estágios uniformes até que o desenvolvimento se complete. O adulto-ponto-de-chegada do desenvolvimento possui, por sua vez, atributos descritos como universais, mas que têm sido problematizados por psicólogas feministas como expressando valores e ideais relacionados à masculinidade branca, eurocêntrica, heterossexual, cristã e de classe alta (GILLIGAN, 1982, BURMAN, 2008a, 2008b; MATTOS, 2012).

É importante destacar que, nessa abordagem, as experiências e relações de sexo/gênero aparecem como um apêndice do processo de desenvolvimento dos indivíduos. Em outras palavras, o desenvolvimento humano é descrito como universal, e sexo/gênero (numa acepção binária, masculino ou feminino) surge como uma característica secundária nesse processo. Manuais de psicologia, majoritariamente de origem estadunidense, compilam teorias do desenvolvimento que dão menor destaque à discussão de sexo/gênero (ver, por exemplo, BEE, BOYD, 2011; PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006; LINDZEY, HALL, THOMPSON, 1977).

O debate nas teorias desenvolvimentistas está atravessado pelo sentido do termo “gênero”, cunhado pelo psicológico estadunidense John Money em 1955 (CASTEL, 2001; CIDADE, 2016), que surge como uma categoria para analisar as dimensões performadas pelos sujeitos a partir do desempenho de papéis sexuais, determinados pela diferença fundamental entre os “sexos”. Essa distinção entre “sexo” e “gênero” se fez necessária na medida em que a experiência de pessoas trans foi pautada no meio científico de forma mais evidente. Dois anos antes, em 1953, o médico e sexólogo britânico Harry Benjamin havia descrito um novo fenômeno científico: o fenômeno transexual (CASTEL, 2001; BENTO, 2008). Nesse contexto, a transexualidade passa a ser descrita como um fenômeno de desvio da experiência sexual humana e, portanto, psicopatológico, relacionado à descrição de sentimentos de repulsa e inadequação com relação à genitália. A pessoa trans, supostamente, estaria identificada com o sexo/gênero “oposto”, explicação esta que só é possível por conta da separação entre o “sexo psicológico”, ou seja, mental, e o “sexo morfológico”⁵.

5 Importante destacar que essa conceituação, mesmo que datada da década de 1950, corresponde a dimensões analíticas contemporâneas. Por exemplo, a resolução 1.995/2010 do Conselho Federal de Medicina brasileiro aborda a transexualidade por essa via e, dessa forma, garante o acesso a pessoas trans a políticas públicas de saúde, como o processo transexualizador.



Parceiro nos estudos de Harry Benjamin sobre o ‘fenômeno transexual’, John Money, a partir de 1955, propõe o termo “gênero” partindo da hipótese estabelecida na década de 1920 de que a constituição de uma suposta identidade sexual se dá até os três anos de idade de qualquer criança e determina os fundamentos da designação “sexual” de crianças intersexuais. Para Money, a produção de uma noção identitária, relacionada ao “sexo”, dá-se apenas na primeira infância de cada pessoa e é aprendida em termos comportamentais de socialização. Tais fundamentos de designação sexual, baseados numa ideia comportamental de “educação sem equívocos” (CASTEL, 2001, p. 86), estabelecem o que, posteriormente, vai ser definido como processo de socialização de gênero. O conceito de socialização de gênero traz, em sua abordagem sobre o processo de desenvolvimento do gênero nas crianças, duas pressuposições que a localizam no projeto científico moderno da psicologia: 1) o meio em que se vive influencia a todos de maneira semelhante (ou segundo as mesmas leis e estruturas); 2) os indivíduos se socializam a partir de uma base orgânica, na recepção de informações provenientes do meio que os molda.

Ao longo do século XX, surgem termos diagnósticos na psiquiatria, legitimados pela psicologia, que vêm sendo usados para descrever o “fenômeno transexual” enquanto anormalidade, patologia, desajuste, inadequação. O “fenômeno transexual” passou a ser sistematizado cientificamente a partir de 1969, no primeiro congresso da Associação Harry Benjamin, sendo afirmado como uma “disforia de gênero” em 1973, por John Money. Posteriormente, em 1977, a associação passou a se chamar Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, ao publicar normas de tratamento para pessoas transexuais denominadas “State of Care” (Normas de Tratamento, em português), ou SOC.

Atualmente, perspectivas descritivas e psicopatológicas relacionadas à transexualidade, inseridas desde os anos 1970 em eventos científicos e manuais de descrição, estão presentes tanto no Código Internacional de Doenças (10ª edição, aprovada em 1989), como no Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM), em sua 4ª edição, publicada em 1994. Importante mencionar que esse diagnóstico foi, inicialmente, produzido a partir de um estudo clínico efetivado por Harry Benjamin com dez sujeitos transexuais, um número bastante reduzido (BENTO, 2008).

Nesse processo de constituição científica, o “sexo” foi sendo definido como uma característica supostamente biológica dos corpos, naturalizando-se a atribuição compulsória de uma definição sexo no momento do nascimento da criança, atribuição essa que, ao mesmo tempo, designa uma condição feminina às pessoas que nascem com vagina e uma condição masculina a quem nasce com pênis. Essa condição precisa ser desenvolvida durante o



crescimento da criança, em direção a uma identidade de gênero “normal”, isto é, condizente com o sexo declarado. Assim, a dimensão de “gênero”, atribuída a partir da designação do sexo, corresponde às características aprendidas e apreendidas em contextos de socialização, de vida em sociedade. Tal perspectiva reproduz a lógica inato x adquirido, pressupondo uma naturalização dos aspectos biológicos (isto é, desconsiderando a dimensão discursiva presente na construção do conhecimento médico e biológico, tal como apontada por Laqueur, 2001) e dos aspectos sociais (tomados como fatos, e não como relações de poder e políticas).

Visitando manuais de psicologia da segunda metade do séc. XX, deparamo-nos com essa polarização, como é o caso deste fragmento do manual de psicologia de Lindzey, Hall e Thompson (1977, p. 421), no capítulo dedicado ao “Comportamento sexual humano”:

Hormônios ou aprendizagem?

Os cientistas acreditam que qualquer padrão universal de comportamento tenha uma base neurofisiológica. A espécie humana, como a maioria das outras, divide-se em machos e fêmeas. O gênero biológico fica determinado no momento da concepção. Se o esperma fertilizante carregar um cromossomo “X”, o fruto será feminino; se carregar um cromossomo “Y”, o fruto será masculino. *Isso é inevitável*, à exceção da rara anomalia genética ou fetal, onde o fruto possui características reprodutivas de ambos os sexos ou órgãos genitais não diferenciados. (grifos nossos)

Nessa curta passagem encontramos uma série de pressuposições que indicam como teorias desenvolvimentistas vêm tratando o gênero e a sexualidade: a pressuposição de equivalência entre sexo biológico e gênero; a associação da atividade à masculinidade e da passividade à feminilidade, justificada biologicamente (presente aqui na descrição da definição do “gênero biológico” do embrião pela atividade do “esperma fertilizante”); a inevitabilidade da cisgeneridade – e a conseqüente patologização das “anomalias” que não se enquadrem nessa regra.

Uma das principais abordagens teóricas que exprimem a reificação de dualidades (inato x adquirido; natural x cultural; feminino x masculino) nesse campo é a teoria da socialização de gênero. Fundamentada na teoria da aprendizagem social, de Albert Bandura, pressupõe que o gênero é um comportamento aprendido desde as primeiras interações do indivíduo com o meio. A articulação entre o aprendido e o inato se dá na pressuposição de um organismo que aprende com o meio, por reforço e, principalmente, por observação. Os indivíduos (organismos) são naturalmente sexados (nascem macho ou fêmea) e, durante a socialização de gênero, aprendem os papéis de gênero considerados adequados ao seu sexo (PAPALIA, OLDS, FELDMAN,



2006). O resultado desse processo é a “tipificação de gênero”, etapa importante para a consolidação da identidade de gênero, que ocorre no período chamado de segunda infância (entre os três e os sete anos de idade). A socialização de gênero inclui “a observação de modelos, reforço de comportamento apropriado ao gênero e internalização de padrões. Os pais, os amigos e a mídia influenciam a tipificação de gênero” (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2006, P. 349).

Atualmente, a maioria dos estudos sobre socialização de gênero na psicologia reconhecem, como afirmam Leaper e Friedman (2007, p. 561), as influências combinadas das dimensões sócio estruturais, interpessoais, cognitivo-motivacionais e biológicas, diferenciando-se na importância dada a cada uma delas no processo de “transmissão do gênero”. Entretanto, ao vincularem, a partir de uma lógica cissexista, o sexo biológico aos papéis de gênero culturais, e ao não desenvolverem discussões que interseccionem gênero, raça, classe, bem como outras categorias, esses estudos localizam-se em um referencial positivista de ciência, fundamentado em teorias evolucionistas.

As teorias evolucionistas designam posições de gênero e de raça como “naturais” e, ao fazerem isso, tratam-nas como inevitáveis e mesmo como “desejáveis” (BURMAN, 2008a, p. 140). A generalização do que é “ser criança”, “ser menino” ou “ser menina”, e a afirmação da autoridade científica da psicologia nas explicações evolucionistas cumprem o papel de naturalizar a perspectiva desenvolvimentista:

Sob um ponto de vista evolucionista, as diferenças de gênero no brincar das crianças, *identificadas em todas as culturas*, fornecem um modo de praticar comportamentos adultos importantes para a reprodução e a sobrevivência. As brincadeiras mais violentas dos meninos espelham a competição entre machos por domínio e status e por parceiras férteis. As brincadeiras de casinha ou de papai e mamãe das meninas preparam-nas para cuidar dos jovens (Geary, 1999). (PAPALIA et al., 2006, p. 331, grifos nossos).

Ao descreverem os papéis de gênero a partir da narrativa evolucionista, que pressupõe a reprodução como motor da “sexualidade normal” (isto é, cisheterossexual), as teorias desenvolvimentistas consolidam a ideia de inevitabilidade da expressão de papéis de gênero opostos e hierarquicamente complementares. Essa hierarquia também comparece quando tais teorias ranqueiam sociedades supostamente menos e mais desenvolvidas, reproduzindo o binômio natureza x cultura nessa valoração. É o caso de estudos sobre a socialização de gênero que apontam para a maior possibilidade de equidade de gêneros em sociedades pós-industriais, localizando-as como mais desenvolvidas do que sociedades mais próximas da “natureza”:



Papéis de gênero diferenciados tendem a ocorrer em sociedades nas quais a amamentação e os cuidados das crianças pelas mulheres impedem a realização de atividades de subsistência que requeiram, por exemplo, períodos ininterruptos de trabalho ou um tempo maior fora de casa. Como notam Wood e Eagly, mudanças culturais enfraqueceram os papéis de gênero diferenciados e o patriarcado em muitas sociedades pós-industriais: as mulheres ganharam controle sobre sua reprodução, e creches se tornaram comuns. Além disso, força, tamanho e velocidade [características do sexo masculino] não mais são importantes para a maior parte dos trabalhos exercidos nessas sociedades (especialmente para aqueles que são mais bem pagos e gozam de maior status). (LEAPER, FRIEDMAN, 2007, p. 563-564).

A teleologia promovida pelas teorias desenvolvimentistas aproxima, no polo inferior, a infância, o feminino e a natureza, e, no polo superior, a idade adulta, o masculino e a cultura (BURMAN, 2008a, MATTOS, 2012). Essa hierarquização fundamenta as bases de um conhecimento eminentemente cisheteronormativo, que medicaliza e criminaliza subjetividades que não se enquadram nessas normas. Pessoas trans são, com isso, reduzidas a corporeidades transgressoras das normativas de gênero e, portanto, desviantes e patologizadas, tornadas objeto dos saberes psicológicos e médicos e, nesse sentido, sem voz própria. (BENTO, 2008; BAGLAGI, 2014c; CIDADE, 2016).

Para ilustrar essa apropriação, tomamos um trecho do capítulo *Comportamento sexual humano*, de Lindzey, Hall e Thompson (1977, p. 428), em que os autores abordam o processo transexualizador vivido por mulheres trans. Nesta passagem, é notável a hipersexualização e a objetificação dos corpos das pessoas trans:

Seis ou oito semanas após a operação, o transexual [sic] está apto a ter relações sexuais como mulher. Alguns desses transexuais casaram-se com homens e vivem completamente como mulheres. Outros não se ajustaram bem ao novo sexo e alguns tornaram-se prostitutas.

Esse trecho, retirado de um manual estadunidense escrito na década de 1960, possivelmente não seria encontrado *ipsis litteris* em uma publicação atual da área, em função de uma série de conquistas que vêm sendo feitas pelos movimentos sociais LGBT que pautam incessantemente a revisão de conceitos científicos que são explicitamente homolesbotransfóbicos. Entretanto, vemos nessa passagem a redução da experiência trans a um exercício “anormal” da sexualidade, o forte moralismo em relação às práticas sexuais (em que mulheres monogâmicas são “completamente mulheres”, ao contrário de mulheres não monogâmicas, ditas “promíscuas” ou prostitutas) e a autoridade do saber médico. Essas características ainda estão presentes em larga escala no conhecimento atual produzido pela psicologia sobre questões de gênero, promovendo a



naturalização dos papéis de gênero a partir da afirmação, implícita ou explícita, da cisgeneridade como matriz normativa da experiência das identidades de gênero.

Tal naturalização não está presente apenas nas teorias que tematizam diretamente o desenvolvimento do gênero e da sexualidade, mas também naquelas que assinalam marcadores estereotipados de gênero nas funções de mediação do desenvolvimento infantil. Teorias como a do apego na relação mãe-bebê/criança, de John Bowlby, ou o conceito de “mãe suficientemente boa” na teoria winnicottiana apontam para uma previsibilidade cisheteronormativa do desenrolar do desenvolvimento humano, contribuindo para que as funções de cada gênero sejam vistas como dados da realidade social e não sejam problematizadas como resultados de processos sócio-históricos. É o caso, por exemplo, das teorias do “abandono materno”, ou do apego, que surgem no contexto pós-guerras nos Estados Unidos, em que os discursos científicos contribuíram para afirmar o lugar das mulheres na maternidade e no espaço doméstico, destacando para isso os “estragos” causados no desenvolvimento de crianças abandonadas durante as guerras por suas mães. (BURMAN, 2008a).

Autoras psicólogas, inspiradas pelas discussões feministas, vão se apropriar do debate sobre a socialização de gênero promovido pela psicologia do desenvolvimento para pensar, de maneira crítica, as desigualdades sociais e econômicas nas relações de gênero. Como apontam Saavedra e Nogueira (2006, p. 118):

Para Alice Eagly (1987), o estatuto de inferioridade do sexo feminino encontrado pela investigação, não seria intrínseco à mulher mas fruto da socialização (Eagly, 1987). Esta conduziria ao desenvolvimento de características que impediam a plena realização da mulher, tais como o “medo de fracasso” (Horner, 1972), falta de assertividade, baixa auto-estima e auto-eficácia (BETZ & HACKETT, 1983; HACKETT, 1985).

Tal ênfase na construção social do gênero com o intuito de problematizar as relações de gênero é fundamentalmente importante. Entretanto, a afirmação de tal construção social a partir de uma base biológica do sexo acaba por invisibilizar as práticas discursivas de produção de verdade também no campo da biologia e dos saberes médicos, além de nos levar ao mesmo impasse que as teorias desenvolvimentistas ao afirmar a dicotomia natural x adquirido. É justamente essa dicotomia que deve ser questionada: desde a proposta de definição de um sistema sexo/gênero por Gayle Rubin (1986), fez-se necessária a efetivação de análises de conjunto ou composição a partir do que as matrizes patriarcais dividiram e o que a ciência legitimou como verdade em termos de socialização e da performance de papéis sexuais.



Historicamente, as matrizes patriarcais designaram e ainda designam um sistema normativo e hierarquizado, que insere como divergentes as noções de “sexo”, relacionado à descrição do corpo-fêmea, e o “gênero”, responsável pelas atividades culturalmente tidas como femininas, como o trabalho doméstico e a maternagem.

Colocar em questão as teorias cisheteronormativas da psicologia significa problematizar os discursos psicológicos que tematizam as experiências de pessoas trans. Ao importar do discurso psiquiátrico a concepção de transexualidade, como condição psicopatológica atribuída às pessoas que questionam as identidades de gênero que lhes foram atribuídas no nascimento, a psicologia afirma matrizes normativas e ideais regulatórios comprometidos com a perspectiva de ciência positivista moderna. Esse processo de importação de uma noção unívoca de transexualidade hegemoniza múltiplas experiências subjetivas e identitárias que têm em sua singularidade a potência de produzir laços sociais, coletividades e políticas de resistência. Além disso, tais mecanismos ignoram as dimensões políticas que envolvem não apenas a constituição de tais marcadores objetivos enquanto definidores do que é ciência, como também as dimensões políticas das pessoas que vivenciam determinadas realidades sociais (PATTO, 1997).

Para pensarmos essas questões em diálogo com os movimentos sociais, na sessão a seguir, debruçamo-nos sobre algumas lições tomadas de autoras transfeministas.

3. “A socialização não é o destino”: o transfeminismo como horizonte ético-político para a psicologia

Eu escrevo o que ouço:

*“Que as bandeiras trans sejam hasteadas!”,
um sussurro a cada dia mais audível.*

(Jaqueline Gomes de Jesus)

Em meio às disputas por visibilidade de saberes outros que não o discurso científico positivista, destacamos aqui as perspectivas de ativismo e produção de conhecimentos transfeministas como campos interlocutores para a psicologia, ao promoverem críticas que visibilizam a cisheteronormatividade das áreas psi e ao contribuírem para a construção de práticas e saberes que abalem os discursos psicológicos normativos tão arraigados e difundidos em nossa sociedade. A nosso ver, essa interlocução faz-se necessária para a ressignificação dos direcionamentos ético-políticos na produção de conhecimento em psicologia e em suas práticas profissionais.



O transfeminismo, enquanto perspectiva dinâmica de pensamento-ação, é produzido pelo protagonismo de pessoas trans, que pautam suas lutas, saberes e experiências na problematização e proposição de outras formas de conhecimento. Discute a fundo uma das matrizes normativas centrais de nossa sociedade: a designação compulsória em termos de sexo/gênero baseada na genitália de cada pessoa que nasce, produzindo e reiterando a norma cisgênera como elemento central na organização das designações e experiências dos corpos. Bia Bagagli (2014a) escreve, no blog *Transfeminismo*⁶, que é necessária a desconstrução da cisgeneridade como evidência, fato naturalizado. Ou seja, trata-se de uma crítica contumaz à definição dos corpos e experiências como masculinas ou femininas a partir da genitália, efetivada por especialistas no nascimento das crianças e tornada determinante, naturalizada e intransponível em nossa sociedade (JESUS, 2013, 2014a, 2014b).

Tomado como movimento social em constante construção, o transfeminismo emerge de críticas e proposições políticas, teóricas e éticas aos modelos tradicionais de produção de conhecimento e aos feminismos de bases essencialistas e naturalizantes sobre a perspectiva do que significa ser mulher. Filia-se aos movimentos feministas por colocar em questão as hierarquias de sexo/gênero que justificam opressões e violências. Entretanto, aliando-se a referenciais interseccionais, pós-estruturalistas e a feminismos marginais, as pessoas transfeministas questionam a categoria universal de “mulher” que pauta muitos dos movimentos feministas, evidenciando seu viés cisheteronormativo, branco e privilegiado. Para Alves e Jesus (2010), as ações coletivas protagonizadas por pessoas trans brasileiras têm como aspecto político central a produção de visibilidades a partir da afirmação do cotidiano e das demandas de pessoas trans. A visibilidade se dá através de um projeto de emancipação da condição de incapacidade e subalternidade na qual a perspectiva psicopatológica insere as pessoas trans.

No Brasil, os movimentos transfeministas ou feminismo transgênero vem se consolidando nos últimos anos, denunciando os pressupostos essencialistas do movimento feminista “tradicional”, que consideram o sexo/gênero como algo dado ao nascimento. Com o ativismo de pessoas trans desde a década de 1980, algo se renova no cenário político das lutas por direitos sexuais e reprodutivos. Nos anos 2000, o transfeminismo surge nos campos de disputa política, inclusive na internet, com a produção de blogs, páginas nas redes sociais, e no ativismo presencial em grupos, organizações e instituições. Como literatura de fronteira, o transfeminismo bebe na fonte do feminismo negro e aposta na necessidade de ressignificação e

⁶ Disponível em: <http://transfeminismo.com>



reelaboração do feminismo em um de seus marcos fundamentais: é preciso pensar a condição da opressão estrutural de gênero em interseccionalidade com outros marcadores políticos, tais como raça, classe, orientação sexual, regionalidade, dentre outros.

Essa articulação se dá desde uma perspectiva desnaturalizante e não essencialista, em que marcadores estão em constante processo de (re)construção e disputa nos cenários social e político. A interseccionalidade permite a problematização de categorias naturalizadas e a discussão de privilégios e silenciamentos que estão presentes no conhecimento científico, bem como nas práticas feministas. A localização dos lugares de fala e a produção de narrativas em primeira pessoa são estratégias presentes nas produções de feministas negras (como em HOOKS, 2013, 1995; LORDE, 2007; EVARISTO, 2006, 2007) incorporadas pelo transfeminismo para fazer frente à objetificação constante a que pessoas trans são submetidas no conhecimento científico. Como afirma Tatiana Sentamans (2013), a política de nomear-se, criando termos, nomes, adjetivos e siglas para se identificar enquanto sujeitos políticos, é importante estratégia de empoderamento do transfeminismo, uma resposta a discursos científicos e discursos de ódio que assujeitam pessoas trans, ampliando com isso as estratégias do movimento e questionando dogmas.

Nessa direção, viviane v. produz narrativas em primeira pessoa e, lançando mão de sua autoetnografia, sublinha o quanto a prática de narrar as mudanças vividas no próprio corpo “desloca hierarquias dominantes”, descolonizando os discursos sobre pessoas trans:

As mudanças corporais por que passo a partir da th [terapias hormonais de transição de gênero] – os seios que crescem, o rosto que se afina, a gordura corporal que se redistribui – não se podem limitar, conceitualmente, a um experimento direcionado a uma proposta teórico-política: são mudanças que me afetam existencial e socialmente enquanto pessoa humana, e que formam parte de um processo pessoal de descolonização de gênero que, não raro, é doloroso e coloca em xeque tais esforços por minha autonomia de gênero. (viviane v., 2014., p. 32).

O essencialismo do que é ser homem ou mulher, produzido historicamente a partir de interpretações com bases biológicas e legitimado por diversos saberes e campos disciplinares como a psicologia, é produto da naturalização do sexo e do gênero, que os vincula numa lógica de dependência cisheterossexual. Como vimos na sessão anterior, essa vinculação atualiza a dicotomia natureza/cultura, reafirmando as interpretações evolucionistas e desenvolvimentistas acerca dos processos de constituição de identidades de gênero, reforçando papéis e estereótipos de gênero a elas atribuídos. Bagagli (2014a) afirma que o questionamento das lógicas essencialistas vai no sentido de desnaturalizarmos pressupostos considerados, até então, evidentes:



[...] Não se trata também de falar estritamente sobre a mudança dos documentos das pessoas trans*, mas falar sobre o fato da compulsoriedade da emissão destes documentos ao nascimento dado um desígnio (cisgênero) de sexo. O que se deve questionar não é a cirurgia de redesignação sexual de pessoas transgêneras, mas a cirurgia de ordem simbólica que materializa o corpo cisgênero, desde antes do nascimento do indivíduo. Esta cirurgia que torna possível a corporalidade sexual estabelecer uma relação de transparência através da cisgeneridade compulsória. A transgeneridade, antes de ser um “transtorno” à esta cirurgia primordial, é um vetor material de questionamento político destes sentidos. (BAGAGLI, 2014a).

Os discursos cisheteronormativos da psicologia encontram-se difundidos nos discursos “não-especialistas” de nossa sociedade, ou seja, nos discursos do senso comum, comprovando a eficácia colonialista dos saberes científicos. Já há mais de uma década, Patto (1997) afirmava que a psicologia pode se apresentar como um campo de dominação perante as experiências singulares, mesmo que de forma mais sutil, quando legitimada por uma suposta verdade científica que se vale de abstrações para legitimar saberes universais. As teorias sobre o desenvolvimento “normal” de crianças e adolescentes apontam, como discutimos no item anterior, para descrições normativas que deslizam para prescrições naturalizadas (BURMAN, 2008a). Essa naturalização permeia práticas não acadêmicas, como as de cuidados de crianças, espaços da política institucional, movimentos sociais, dentre outras.

Especificamente no caso das teorias de socialização do gênero, esses discursos têm muitos efeitos sobre as trajetórias de pessoas trans, ao afirmarem, respaldados na autoridade científica, a necessidade de se adequar as crianças aos padrões de gênero da sociedade em que vivem, sem considerar nenhuma possibilidade de agência ou ressignificação por parte delas. Como afirma Lisa Harney:

A discussão sobre o que essa socialização significa, no entanto, sempre coloca crianças (e eventualmente pré-adolescentes, e depois adolescentes) como receptorxs passivxs que nunca reagem àquela socialização. Nós nem discutimos se as crianças que recebem essas mensagens percebem-se como o alvo, o instigador ou ambos. Não falamos sobre o que essas mensagens significam para crianças trans que podem não se perceber como possuindo um gênero, ou podem se perceber como possuindo um gênero que difere de sua SOCDAN [Socialização Coercitivamente Designada ao Nascer]. (HARNEY, 2013).

Vale destacar que as teorias de socialização de gênero têm sido utilizadas por movimentos feministas (como é o caso do feminismo radical e de movimentos feministas que excluem pessoas trans) que entendem que o sexo biológico é uma “materialidade objetiva” que



define o modo como as crianças são socializadas (como meninos ou como meninas), conferindo aos primeiros privilégios que as segundas não têm. Para essas feministas que defendem o argumento da socialização de gênero, a transgeneridade ou transexualidade (especialmente quando afirmam identidades femininas) e a travestilidade devem ser olhadas com desconfiança, e pessoas trans “biologicamente masculinas” (ou, como afirma o transfeminismo, designadas como homens no nascimento) não deveriam participar da luta feminista. Como afirma Bia Bagagli, “o discurso feminista radical irá entender a ‘socialização’ na medida em que toma como pressuposto apenas a existência real de homens e mulheres cisgêneros” (BAGAGLI, 2014c).

Em outras palavras, o que as transfeministas vêm fazendo é explicitar que argumentos como o da socialização de gênero promovem uma aliança dos feminismos radicais e trans-excludentes com discursos científicos cisheteronormativos. No limite, se levarmos a sério a inevitabilidade da socialização de gênero, as próprias lutas pautadas pelos movimentos sociais não se justificariam:

Decorre que, se existem as tais linhas de fuga, se as feministas estão aqui, lutando pela emancipação feminina e contra o que chamamos de patriarcado, como posso, então, tomar como fato a socialização feminina que, como sabemos, atribui às mulheres passividade, docilidade, subserviência e inferioridade ao homem? Que elemento mágico foi introduzido, e em que ponto, para que a tal socialização fatídica – aquela que, segundo a tal visão “materialista” (não-marxista, obviamente), aprisiona a história das pessoas trans* a seus desígnios de nascimento: (ou) homem (ou) mulher, com base em nossos genitais – seja dissipada, dispersada, desencantada? (KAAS, 2016)

O transfeminismo e as perspectivas pós-estruturalistas têm muito a contribuir para a desconstrução de verdades sobre o gênero e a sexualidade fabricadas pela psicologia, trazendo outras experiências, vozes e perspectivas para o debate. Preciado lançou, a esse respeito, importantes questionamentos quando, em janeiro de 2013, milhares de pessoas saíram às ruas de Paris marchando contra os direitos de pessoas homossexuais se casarem e constituírem famílias. Destacando que os adultos entendem as crianças como corpos aos quais é negado reiteradamente o autogoverno, Preciado afirma que essa criança que se quer “proteger” da adoção por casais do mesmo sexo

é o resultado de um dispositivo pedagógico terrível, o lugar onde se projetam todos os fantasmas, a justificativa que permite que o adulto naturalize a norma. A biopolítica é vivípara e pedófila. A reprodução nacional depende disso. A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transforma-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. (PRECIADO, 2013).



A naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade promove a ideia da evidência da norma e a diferença como anormalidade. Produz, portanto, graves impactos nas experiências de pessoas trans, sendo a estigmatização e a violência as mais mencionadas por transfeministas. A discriminação e a vulnerabilidade devido à falta de acesso a alternativas econômicas e a negação de direitos fundamentais são marcadores fundamentais na experiência de pessoas trans, como nos indica viviane v. (2012, 2013). A patologização das identidades trans e os consequentes processos de criminalização e exclusão pelos quais as pessoas trans passam em suas vidas nos indicam a especificidade da questão para a psicologia: como produzir práticas profissionais que não reproduzam tais estereótipos? Como produzir espaços de troca e discussão pautados no protagonismo e na autoenunciação de pessoas trans?

Como profissionais de psicologia, situando-se no campo de produção de conhecimento e de intervenções, contribuem para a essencialização, naturalização e generalização quando discorrem sobre as identidades de gênero? Bagagli (2014c) destaca que a produção das identidades trans como psicopatológicas pode ser interpretada como resposta à insegurança que a transgeneridade produz na relação com as materialidades do sexo, supostamente naturalizadas, uma vez que as experiências e histórias de vida de pessoas trans demonstrariam as fissuras de tais identidades psicopatológicas. O sexo, enquanto polissêmico e paradoxal, está colocado tanto nas experiências de pessoas cisgêneras como nas de pessoas trans (BAGAGLI, 2014c).

Nesse sentido, compartilhamos dos questionamentos de Jaqueline de Jesus (2013): é possível a construção de sociabilidades alternativas? Ao questionar os modelos idealizados de homem e mulher e reiterar o caráter relacional das opressões, o transfeminismo nos aponta possíveis caminhos éticos para a problematização dos papéis de gênero e de seus consequentes estereótipos, afirmando a singularidade nas constituições subjetivas. Efetuando a operação de nomear a “normalidade” como cisgeneridade, o transfeminismo nos demonstra que as constituições identitárias fazem parte da rede de relações sociais e de constituição das experiências humanas e que, portanto, profissionais da psicologia têm que se haver com as responsabilidades éticas, metodológicas e epistêmicas ao desenvolver e trabalhar com teorias e perspectivas cisheteronormativas como as de socialização de gênero, por exemplo.

Além disso, o transfeminismo retoma a relevância dos saberes localizados (HARAWAY, 1995) a partir do empoderamento e do protagonismo presentes em suas falas, apontando-nos caminhos para a produção de conhecimento em psicologia, no sentido de questionar o lugar das pessoas trans como “objetos de pesquisa”. Como nos coloca Bagagli, o transfeminismo afirma o



direito de pessoas trans não serem objetos de investigações científicas, assim como o direito a serem reconhecidas como sujeitos: “Não somos cobaias, não somos massas amorfas à espera de sermos 'pesquisadxs' e 'entendidxs'. Temos voz antes de tudo e repudiamos esta forma de se entender nossos corpos, anseios, identidades, etc.” (BAGAGLI, 2014b). Nesse sentido, a ativista e autora transfeminista afirma: é necessário descolonizar as experiências das transgeneridades.

É precisamente aí que o cissexismo atua: é nesta disjunção que a cisgeneridade obrigatória é capaz de alienar os nossos próprios corpos e identidades. É aí também que entra uma discursividade paternalista, que pressupõe que pessoas transgêneras não podem consentir sobre suas próprias escolhas: elas precisariam sempre serem faladas por profissionais psi que desvelariam sua verdade. Profissionais, estes, que por sua vez, garantem a própria unicidade de suas identidades cisgêneras: não é fato banal de que empiricamente serem estas as pessoas que ocupam estes espaços institucionais. Temos que nos livrar de uma vez por todas dos resquícios desta perspectiva de piedade e paternalismo que ronda os discursos sobre a transgeneridade. Descolonizar a transgeneridade. (BAGAGLI 2014c).

Como crítica à cisheteronormatividade operante na sociedade contemporânea, o transfeminismo sugere à psicologia a desconfiança de tudo o que nos parece natural. Como discutimos na sessão anterior, a psicologia científica está originalmente comprometida com a produção de teorias e legitimação de práticas que afirmam a cisheteronormatividade no estudo do desenvolvimento humano, segregando, portanto, as pessoas trans dos esboços teóricos e da produção de conhecimento, relegando-lhes ao estranhamento e à patologização. A desnaturalização das matrizes normativas do sistema sexo/gênero é um movimento que nos aponta as diferentes formas de se compreender e vivenciar os corpos em seus momentos históricos particulares e as singularidades das experiências em cada contexto, combatendo o modelo universal de socialização.

Assim, o transfeminismo nos indica que o conhecimento, além de produto histórico, pode ser produzido de outros lugares de fala, não necessariamente científicos em uma perspectiva tradicional. Como nos afirma Jesus (2014, p. 4), “há outros sujeitos de fala, igualmente dignos, mesmo que dominem códigos diferentes, e que tenham propósitos diversos.”. É urgente que, ao nos situarmos no campo da produção em psicologia, dialoguemos com esses diferentes lugares de fala, refazendo-nos desde nossas referências e matrizes epistêmicas até nossas práticas profissionais. Como nos sugere Patto (1997), é necessário que a psicologia se aproxime de teorias – incluímos aqui pessoas e movimentos sociais que trazem em seu cerne o questionamento às normativas preestabelecidas – que nos permitam pensar de forma crítica as



condições a partir das quais o campo se produz e legitima enquanto ciência e profissão.

4. Considerações finais

Neste trabalho, discutimos a consolidação da perspectiva cisheteronormativa na produção de conhecimento e práticas da psicologia sobre gênero e sexualidade, valendo-nos, para tanto, do referencial transfeminista (com foco em autoras-ativistas brasileiras) e das críticas colocadas às teorias científicas que objetificam e patologizam experiências e pessoas trans. Enquanto pesquisadoras e profissionais que se localizam na psicologia, entendemos que essa desconstrução de conceitos cisheteronormativos na área é tarefa cotidiana, assim como o diálogo com outros saberes que não se reivindicam científicos no campo do gênero e da sexualidade, em perspectivas interseccionais.

Em nossas pesquisas, buscamos que a escuta seja ressignificada, colocando em questão a colonização do outro (de sua vida, corpo, trajetória, nome, história) quando se afirma uma verdade. Como afirmamos neste trabalho, o caráter objetivo, neutro e universalista da ciência produz os lugares marcados de sujeito x objeto de pesquisa; aquele que sabe x aquele que serve de material para o desenvolvimento científico. Profissionais da psicologia frequentemente reiteram tais posições do discurso científico quando legitimam o “fenômeno transexual” enquanto problemática psicopatológica a ser decodificada, analisada, categorizada e tratada.

Para a superação de dicotomias herdadas do paradigma da ciência moderna, é urgente levarmos em conta as singularidades, abarcando as multiplicidades possíveis das experiências das pessoas com suas constituições identitárias referentes não somente às identidades de gênero, mas às categorias interseccionais que operam tanto na produção de potências de vida quanto nos marcadores de exclusão e invisibilidade. Para as teorias desenvolvimentistas, o gênero aparece como categoria secundária nos processos humanos. Entretanto, para as pessoas trans, a vivência do gênero é central e marcada pela condição de subalternidade e negação de direitos. A ideia de singularidade, diferentemente da ideia de individualidade respaldada por um discurso capitalista liberal, aposta na alteridade como fundamental na constituição de subjetividades, e na diferença como potencializadora de planos comuns para a ação política, e para a produção de campos de pesquisa e de conhecimento.

Quanto à psicologia, levando-se em conta a singularidade e a alteridade como questões éticas imprescindíveis, consideramos necessária a escuta atenta e sensível às vulnerabilidades de pessoas trans, apostando na produção de laços e alianças que permitam a visibilidade de



diferentes locais de fala, e não apenas a afirmação dos marcadores de exclusão. É igualmente necessário estarmos atentas e atentos às intersecções de marcadores sociais, seja na condição de privilégio ou subalternidade, a partir do que a pessoa fala de si. A autodeterminação das identidades de gênero enquanto retomada de produção de uma narrativa própria é um pilar que o transfeminismo nos sugere para a superação da cisheteronormatividade enquanto eixo organizador das teorias psicológicas, quando essas evocam os conceitos científicos de bases desenvolvimentistas e evolucionistas na explicação dos fenômenos psicológicos. Nesse sentido, a incorporação do referencial transfeminista faz-se necessária aos estudos de gênero e sexualidade, dando destaque especial aos questionamentos levantados pelo movimento em relação à naturalização e essencialização do sexo/gênero; à perspectiva cisheteronormativa; às demandas de despatologização das identidades trans, entre outras.

Além disso, é imprescindível retomarmos a questão central que o transfeminismo nos sugere: o ativismo político como perspectiva inerente à produção de conhecimento. A consideração do lugar de fala de pessoas trans é fundamental para a produção de conhecimentos mais plurais sobre questões trans. Assim, a pauta do direito à autoatribuição das identidades de gênero deve estar no campo ético da pesquisa, traçando caminhos alternativos para as disputas políticas no campo de gênero e sexualidade. Trata-se de um terreno fértil para a elaboração de outras formas de se pensar a psicologia para além das mensurações, objetivações e generalizações científicas, no diálogo crítico e potente com movimentos sociais como o transfeminismo, que lutam pela emancipação de pessoas trans e, com isso, desestabilizam práticas científicas e políticas de assujeitamento, segregação e silenciamento desses sujeitos.

Referências

ALVES, Hayley; JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. *Cronos* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>>. Acessado em: 29/04/2015.

BAGAGLI, Bia. *A lei João Nery e as evidências da cisgeneridade*. Texto de blog, 2014a. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/a-lei-joao-ner-y-e-as-evidencias-da-cisgeneridade/>>. Acessado em: 29/04/2015.

BAGAGLI, Bia. *Nota de repúdio à entrevista de Rafael Kalaf Cossi e um convite a se pensar a psicanálise*. Texto de blog, 2014b. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/nota-de->



[repudio-a-entrevista-de-rafael-kalaf-rossi-e-um-convite-a-se-pensar-a-psicanalise/](#)>.

Acessado em: 30/04/2015.

BAGAGLI, Bia. *O que é um laudo? Um pouco sobre a recusa à cidadania cirúrgica*. Texto de blog, 2014c. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-um-laudo-um-pouco-sobre-a-recusa-a-cidadania-cirurgica/>>. Acessado em: 29/04/2015.

BAGAGLI, Bia. *Socialização de quem, cara pálida?* Texto de blog, 2014d. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/socializacao-de-quem-cara-palida/>>. Acessado em: 29/04/2015.

BEE, Hellen; BOYD, Denise. *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BURMAN, Erica. *Deconstructing developmental psychology*. Routledge: Londres, 2008a.

BURMAN, Erica. *Developments: Child, Image, Nation*. Routledge: Londres, 2008b.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, 2001, pp. 77-111.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. *Nomes (im)próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário*. (2016). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM N° 1995/2010*. 2010. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acessado em: 01/03/2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. Da grafia de minha mãe. In: Alexandre, Marcos Antônio (Org.). (2007). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits* v.I Paris: Editions Gallimard. Texto traduzido do francês por Patrícia Netto Alves Coelho, 1994, pp. 137-158.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

HARAWAY, Dona. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, pp. 07-41. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>. Acessado em: 25/04/2015.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, n. 2, 1995, pp.464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035> Acessado em: 29/04/2015

HARNEY, Lisa. *Tropos transfóbicos nº7: socialização infantil*. Tradução Hailey Kaas, 2013. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/tropos-transfobicos-no-7-socializacao-infantil/>>. Acessado em: 29/04/2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Aforismos sobre os quais erguer o transfeminismo*. Texto de blog, 2013. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/aforismos-sobre-os-queis-erguer-o-transfeminismo%C2%B9/>>. Acessado em: 27/04/2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas humanísticas*, jul-dez, 2014a, pp. 241-257. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410/8200>>. Acessado em: 28/04/2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia Editora, 2014b.



- KAAS, Hailey. *O que cissexismo?*. Texto de blog, 2011. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acessado em: 28/04/2015.
- KAAS, Hailey. *Considerações breves acerca da chamada “socialização”*. Texto de blog, 2016. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2016/03/consideracoes-breves-acerca-da-chamada-socializacao/>>. Acessado em: 14/03/2016.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEAPER, Campbel; FRIEDMAN, Carly. The socialization of gender. In: GRUSEC, Joan and Hastings, Paul (eds.) *Handbook of socialization: Theory and research*. Nova York: The Guilford Press, 2007.
- LINDZEY, Gardner; HALL, Calvin; THOMPSON, Richard. *Psicologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
- LORDE, Audre. *Sister outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MATTOS, Amana. *Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos de liberdade para os jovens do contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- PAPALIA, Diane; OLDS, Sally; FELDMAN, Ruth. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PATTO, Maria Helena Souza. Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, v. 8, n. 1, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100004>. Acessado em: 29/04/2015.
- PRECIADO, Paul B. *¿Quién defiende al niño queer?*. Texto de blog, 2013. Disponível em: <<http://artilleriainmanente.blogspot.mx/2013/01/beatriz-preciado-quien-defiende-al-nino.html>>. Acessado em: 30/04/2015.
- SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, n. 11, 2006, pp. 113-127. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf>>. Acessado em: 01/03/2016.
- SENTAMANS, Tatiana. Redes transfeministas y nuevas políticas de representación sexual: Diagramas de flujos. In: SOLA, Miriam e URKO, Elena (orgs.) *Transfeminismos: epistemes, fricciones y flujos*, Editorial: Txalaparta, S.L., 2013, p.31-44..
- viviane v. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: Teorias e práticas*, Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, pp. 19-41.
- viviane v. Explorando momentos de gêneros inconformes – esboços autoetnográficos. *Apresentação de comunicação oral no I Seminário Internacional Desfazendo Gênero, GT 38 Corpo(s), Gênero(s) e Multiplicidade(s): Modos de Subjetivação, Processos Políticos e Outras/Novas Moralidades*, Natal, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/4269977/Explorando_momentos_de_g%C3%AAneros_inconformes_-_esbo%C3%A7os_autoetnogr%C3%A1ficos>. Acessado em: 29/04/2015.
- viviane v. Pela descolonização das identidades trans. *Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*, 2012, v. 1, n. 1, Salvador. Disponível em: <https://www.academia.edu/2562141/Pela_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_das_identidades_trans_>. Acessado em: 29/04/2015.

